



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Abrigo para não separar pets de pessoas em situação de rua

Arquivo pessoal



Ocorreu nas enchentes do Rio Grande do Sul. Assim como lá, com os desabrigados, muitas pessoas em situação de rua, no Distrito Federal, não querem abandonar o local em que se encontram, mesmo em situação precária, se não puderem levar junto seus animais de estimação, companheiros no dia a dia. O secretário-chefe da Casa Civil, Gustavo Rocha, já está tomando providências para resolver essa questão. Responsável pelo plano distrital de acolhimento dessas pessoas, ele busca implantar abrigos onde elas possam passar a noite com seus cães e gatos.

Amor por cães

O próprio Gustavo Rocha entende esse amor por animais. Ele e a mulher, a secretária de Justiça e Cidadania, Marcela Passamani, são tutores de sete cães.

Coordenador

Mais uma vez, o chefe da Casa Civil, Gustavo Rocha, entra em campo para coordenar ações do governo do DF. Advogado bem-sucedido, ex-ministro do governo Temer, ele é o "bombeiro" da gestão de Ibaneis.

O amor está no ar...

Muitos políticos postaram seus pares nas redes sociais no Valentine's Day. O dia dos namorados é uma oportunidade para celebrar o amor.



Leila Barros e Emanuel Rego



Paula Belmonte e Felipe Belmonte



Ibaneis Rocha e Mayara Noronha



Celina Leão e Fabricio Faleiro



Fábio Felix e Leonardo Domiciano



Alberto Fraga e Lidia Lira

Acordo para reduzir execuções fiscais

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) assinou um acordo de cooperação técnica e operacional para racionalizar e aprimorar a cobrança administrativa do crédito fiscal, o fluxo de execuções fiscais e ações correlatas. O acordo foi assinado pelo TJDFT, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), Governo do Distrito Federal (GDF) e Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF). A iniciativa deve resultar na extinção de cerca de 85 mil processos. Atualmente, o DF conta com mais de 200 mil ações pendentes em duas varas de execução fiscal.

TJDFT/Divulgação



Câmara quer legalizar propagandas irregulares

Um projeto em discussão na Câmara Legislativa regulamenta o uso de fachadas voltadas para o Eixo Monumental (Rodoviária de Brasília) em edificações do Setor Cultural Norte (SCTN), Setor Hoteleiro Norte (SHN), Setor Hoteleiro Sul (SHS), Setor Comercial Norte (SCN), Setor Comercial Sul (SCS) e Setor Cultural Sul (SCTS). Na prática, o projeto torna legal situações irregulares, contestadas pelo Ministério Público e pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). O autor do projeto, presidente da Câmara, Wellington Luiz (MDB), justifica: "A regularização das propagandas existentes é fundamental para garantir a conformidade com as normas vigentes e evitar a perpetuação de situações irregulares", explicou. É mais um caso da lei correndo atrás do fato. (Com Pablo Giovanni)

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

GOLPE / Criminosos se passavam por atendentes da instituição financeira. Um idoso sofreu prejuízo de R\$ 107 mil. Delegado que investiga o caso alerta que bancos se negam a fazer o estorno dos valores porque prejudicados entregaram cartões voluntariamente

Polícia fecha falsa agência bancária

» GIULIA LUCHETTA
» PABLO GIOVANNI

Polícia da 9ª Delegacia de Polícia (Lago Norte) cumpriram, ontem, oito mandados de prisão e quatro de busca e apreensão em Ceilândia, Planaltina e no Novo Gama (GO) contra um grupo especializado no golpe da falsa agência bancária. De acordo com os investigadores, entre as pessoas lesadas, uma delas teve R\$ 107 mil de prejuízo com a quadrilha.

Além dos alvos, a polícia conseguiu o bloqueio de 10 contas bancárias utilizadas nos golpes. As investigações revelaram que o grupo comprava planilhas com os dados de milhões de correntistas de diferentes instituições bancárias, desde endereço residencial e números de conta corrente e de celular, até o perfil socioeconômico. A partir dessas informações, os criminosos selecionavam vítimas de maior poder aquisitivo, preferencialmente idosos, e entravam em contato por telefone se passando pela central de segurança, inclusive, simulando — no bina — o verdadeiro número do banco.

Aproveitando-se da pouca familiaridade das vítimas com as novas tecnologias, os criminosos afirmavam às pessoas que haviam sido detectadas transações fraudulen-

tas em suas contas. Induzidas ao erro, elas acreditavam que um verdadeiro funcionário do banco iria até a residência delas coletar materiais para "perícia". De posse de cartões e celulares, os golpistas realizavam saques, transferências e empréstimos fraudulentos.

As transferências e os saques eram efetuados rapidamente em caixas eletrônicos de agências no Entorno, onde parte do grupo investigado operava para evitar que as contas fossem bloqueadas antes dos débitos. A polícia obteve imagens de diversos desses saques, revelando como o delito era realizado e seus autores.

De acordo com o delegado à frente do caso, Erick Sallum, nesse tipo de golpe os bancos geralmente se recusam a reembolsar as vítimas, o que torna os idosos mais vulneráveis.

"Os bancos se negam a fazer o estorno dos valores, pois as vítimas entregaram os cartões aos criminosos. Assim, temos pessoas idosas enganadas, sendo obrigadas a suportar prejuízos e dívidas impagáveis já no fim da vida", ressaltou.

Aluguel de contas

A investigação identificou o uso de um sistema de aluguel de contas bancárias para recebimento de dinheiro desviado. Foram mapea-

PCDF



Polícia encontrou arma com grupo investigado, que induzia vítimas a entregar cartões e celulares

dos marketplaces em redes sociais onde a compra e venda de contas correntes de qualquer instituição é uma atividade difundida.

Com o material apreendido e as informações obtidas com os investigados, a PCDF irá focar na identificação dos líderes desses sites de venda de contas bancárias e das empresas clandestinas de telefonia VoIP que estão permitindo a modi-

ficação dos bins, ajudando a disseminar esse tipo de golpe.

Devido à característica da criminalidade on-line, o delegado responsável pelo caso fez um alerta: "A polícia faz seu papel repressivo, mas a população deve redobrar os cuidados com seus relacionamentos e ações nos ambientes digitais. A ampla disponibilidade de mecanismos de IA irá

potencializar ainda mais a capacidade dos golpistas".

Atenção

Para a advogada especializada em direito do consumidor e cível Giulia Mayrink Ghazi, as pessoas precisam estar atentas às ligações que recebem, isso porque as instituições raramente telefonam pa-

ra pedir dados bancários. "Ao fornecer certos dados pelo celular ou WhatsApp, a população fica vulnerável a esses criminosos. Na maioria das vezes, não são funcionários do banco e só querem lesar o consumidor", explicou.

"Infelizmente, a utilização de métodos on-line para atendimento ao cliente vem gerando um excesso de confiança. Muitas vezes as pessoas, já acostumadas a tratar suas questões bancárias por essas vias, acreditam na veracidade de tudo que é dito. Por vezes, criminosos utilizam número parecido com o da instituição financeira, mas às vezes com um DDD diferente. É importante estar atento e, em caso de dúvidas, entrar em contato ou ir ao banco", orientou.

Denúncia

A PCDF alertou que a venda de contas bancárias pessoais para terceiros pode ser considerada lavagem de dinheiro e participação em crime de fraude eletrônica, com penas que variam de quatro a oito anos.

A polícia pede a quem tiver informações sobre o paradeiro de outros envolvidos com a quadrilha que os denuncie anonimamente: telefone 197 opção 0; e-mail denuncia197@pcdf.df.gov.br; ou o WhatsApp (61) 98626-1197.